



## LEI COMPLEMENTAR Nº 264, de 08 de junho de 2003

Altera a Lei Complementar nº 248/02, que criou o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA e dá outras providências.

### O Governador do Estado do Espírito Santo

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso XXVI do artigo 5º da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

**XXVI** - operar e manter as obras e equipamentos de infra-estrutura hídrica públicas, sob a orientação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA.

(...)”(NR)

**Art. 2º** O artigo 10 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

### **Art. 4º**

“Art. 10. O Conselho de Administração, órgão deliberativo e normativo, terá a seguinte composição:

- I. o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, na qualidade de seu Presidente e membro nato;
- II. o Diretor-Técnico do IEMA, membro nato;
- III. o Diretor Administrativo e Financeiro do IEMA, membro nato;
- IV. um representante da Procuradoria-Geral do Estado - PGE;
- V. um representante da Secretaria de Estado da Saúde - SESA;
- VI. um representante da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG;
- VII. um representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLOG;
- VIII. um representante do corpo técnico do IEMA.”(NR)

**Art. 3º** Art. 3º O artigo 11 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Compete ao Conselho da Administração:

- I. apreciar, deliberar e decidir sobre:
  - a. as políticas, o planejamento estrutural, os planos, os objetivos, as metas e os orçamentos anuais e plurianuais do IEMA, conforme diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado;
  - b. o regulamento, o regimento interno, a estrutura organizacional, o plano de cargos e salários, o regimento de pessoal, a lotação global dos servidores e as demais normas legais e regimentais a que o IEMA estiver sujeito;
  - c. a desapropriação e alienação dos bens patrimoniais do IEMA, que observará a legislação aplicável a matéria;
  - d. a obtenção de empréstimos e financiamentos;
  - e. os recursos impetrados contra decisões, atos ou práticas dos diretores, recomendando providências cabíveis, quando necessário;
  - f. críticas e sugestões feitas por qualquer cidadão e, com base nestas informações, fazer proposições à diretoria executiva.
- II. fiscalizar a gestão das diretorias e examinar, a qualquer tempo, os livros, os papéis e os registros do IEMA, solicitando auditoria quando julgar necessário;
- III. autorizar o recebimento de doações que criem ônus para o IEMA;
- IV. manifestar-se sobre as prestações de contas e relatórios das atividades administrativas e operacionais emitidas pelo Diretor-Presidente, bem como sobre os balanços, as demonstrações de resultados e as demais demonstrações financeiras e patrimoniais do IEMA;
- V. decidir sobre os casos omissos e as dúvidas suscitadas a respeito do regulamento e regimento interno do IEMA."(NR)

**Art. 4º** O artigo 12 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Os integrantes do Conselho de Administração, exceto seus membros natos, serão indicados ao Secretário da SEAMA pelas entidades que deverão formalizar junto ao Conselho a indicação dos respectivos representantes titulares e suplentes, de reputação ilibada e reconhecida capacidade, que serão nomeados pelo Governador do Estado."(NR)

**Art. 5º** O artigo 13 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada semestre e, extraordinariamente, quando necessário por convocação do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretor-Presidente do IEMA, ou por decisão da maioria absoluta de seus membros sempre que o interesse do órgão assim o exigir."(NR)

**Art. 6º** O artigo 15 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por um dos assessores especiais do Diretor-Presidente do IEMA ou na ausência dos mesmos por quem o Diretor-Presidente indicar."(NR)

**Art. 7º** O artigo 16 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. O mandato dos membros do Conselho de Administração, com exceção de seus membros natos, será de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução sucessiva."(NR)

**Art. 8º** O artigo 17 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de desempate."(NR)

**Art. 9º** O artigo 18 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA será dirigido por uma Diretoria Executiva, que terá por Presidente, obrigatoriamente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, integrada, também pelo Diretor-Técnico e pelo Diretor Administrativo e Financeiro do IEMA."(NR)

**Art. 10.** Fica revogado o artigo 19 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02.

**Art. 11.** O § 3º do artigo 22 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. (...)

§ 3º Nos termos da legislação vigente fica o IEMA autorizado a efetuar contratação temporária, por prazo não excedente a dezoito meses, de pessoal imprescindível ao exercício das suas atribuições, prazo este em que deverá ser realizado o concurso público para o preenchimento de pessoal necessário àquelas atribuições."(NR)

**Art. 12.** O artigo 27 da Lei Complementar nº 248, de 28.6.02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. O IEMA exercerá a Secretaria Executiva dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente."(NR)

**Art. 13.** Observada a Legislação em vigor, ficam a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA autorizados a credenciar e contratar empresa ou profissional de notória especialização para atuar, como perito, em processos de licenciamento ambiental de atividade efetiva ou potencialmente poluidora, em análises de projetos, emissão de pareceres e perícias necessárias para subsidiar os referidos órgãos ambientais em decisões de sua competência, com os custos dos referidos serviços sendo repassados diretamente aos empreendedores, que assim os aceitar.

**Art. 14.** Fica revogada a Lei nº 7.336, de 14.10.02.

**Art. 15.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 08 de junho de 2003.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

**LUIZ FERRAZ MOULIN**

Secretário de Estado da Justiça

**LUIZ FERNANDO SCHETTINO**

Secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente

**GUILHERME GOMES DIAS**

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

**RICARDO REZENDE FERRAÇO**

Secretário de Estado de Agricultura

**NEIVALDO BRAGATO**

Secretário de Estado do Governo

**JOSÉ TADEU MARINO**

Secretário de Estado da Saúde

**(Publicada no DOE - 09.07.2003)**